



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Informação nº : 209/2018-4ª Diacomp

Brasília (DF), 27 de agosto de 2018.

Processo nº : 14.774/2016-e

Jurisdicionada : Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF

Assunto : Representação

Ementa : Pregão Eletrônico nº 24/2016-SE/DF. Contratação de empresa especializada em transporte de pessoas para prestação de serviço de transporte escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, região "F": "Sobradinho, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado conforme especificação constante no Termo Referência. Representação nº 7/2017 - ML. Representação empresa Travel Bus Ltda. Exame de mérito das representações. Pelo sobrestamento da análise até o deslinde do MS nº 2017.00.2.022021-8. Deslinde do Mandado de Segurança. Levantamento do sobrestamento. Exame de mérito das Representações. Procedência. Novas Determinações. Arquivamento dos autos.

Senhor Diretor,

Os presentes autos iniciaram para cuidar do exame formal do edital de Pregão Eletrônico nº 24/2016, conduzido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em transporte de pessoas para prestação de serviço de transporte escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, região "F": "Sobradinho, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado conforme especificação constante no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Termo Referência e seu ENCARTE B, nos itinerários residência-escola e vice-versa, bem como nas atividades curriculares ou extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições (e-DOC. [FD2709BE-e](#), Peça 02).

I - Histórico do Processo

2. O feito encontrava-se arquivado por força da Decisão nº 2108/2017 (e-DOC. [8B7896F0-e](#), Peça 80), que considerou satisfatoriamente atendida a Decisão nº 4902/2016 (Peça 35).
3. Na sequência, os autos foram desarquivados para exame da Representação nº 07/2017-ML, formulada pelo ilustre Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, versando sobre possíveis ilegalidades no certame licitatório em tela.
4. Mediante a Decisão nº 4934/2017, ao conhecer da aludida representação, a Corte determinou, *inaudita altera pars*, a suspensão cautelar dos atos destinados à celebração do contrato derivado do Pregão Eletrônico nº 24/2016 –SE/DF. No mesmo “*decisum*” foi oportunizado à SE/DF e às empresas interessadas que se manifestassem acerca dos fatos narrados pelo Ministério Público (e-DOC. [19DDDBD2-e](#), Peça 97).
5. Irresignada com a referida Decisão nº 4934/2017, a Cooperativa de Transporte – Cooperbras apresentou também a peça intitulada de Agravo, com pedido de efeito suspensivo, pleiteando o restabelecimento da contratação objeto do certame (Peça 112).
6. Em 01/12/2018, o e. Tribunal, mediante a Decisão nº 203/2018, por unanimidade, assim se manifestou (Peça 171 grifou-se):

I - negar provimento ao recurso inominado interposto pela Cooperativa de Transporte – COOPERBRAS, mantendo a medida cautelar adotada na Decisão nº 4.934/2017; II - determinar à SEACOMP que, no exame exauriente da representação ofertada pelo Parquet, leve em consideração os argumentos trazidos à baila pela ora recorrente; III - autorizar: a) a ciência desta decisão à COOPERBRAS e à SE/DF; b) o retorno dos autos à SEACOMP, para os devidos fins.

7. Paralelamente, por meio da Decisão nº 5049/2017, proferida no Processo nº 33161/2017-e, ao examinar a admissibilidade da Representação formulada pela empresa Travel Bus Ltda., alegando a existência de fraudes em licitações lançadas pela SE/DF, o Tribunal autorizou a juntada da representação e dos documentos anexos aos presentes autos (e-DOC. [19DDDBD2-e](#), Peça 137).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

8. Em seguida, após examinar o feito, a unidade técnica, por meio da Informação nº 92/2018 (Processo nº 14774/16-e), apresentou a seguinte conclusão (e-DOC. [4F2AFD04-e](#), Peça 179):

66. Diante da análise dos elementos apresentados nesta instrução, consideramos, no mérito, improcedentes os questionamentos apresentados nas representações apresentadas pelo MPJTCDF e pela empresa TRAVEL BUS LTDA. nos quesitos relacionados ao possível comprometimento à isonomia entre os licitantes em decorrência da relação de parentesco e/ou afinidade entre os sócios de empresas licitantes.

67. Com relação à insurgência relacionada à irregular inobservância de concessão de dilação de prazo à empresa TBAHIA para celebração do contrato em detrimento da COOPERBRAS, apresentada pelo MPJTCDF, consideramos, no mérito, improcedente, uma vez que a COOPERBRAS também não cumpriu o prazo previsto no item 14.2 do Edital, conforme informado pela SE/DF.

68. Sobre a insurgência apontada pela Representação da TRAVEL BUS LTDA. contra documentos apresentados pela COOPERBRAS para o PE nº 24/2016, consideramos, no mérito improcedentes por perda do objeto ante a desclassificação da empresa pelo descumprimento de cláusula editalícia.

69. Sobre a insurgência relacionada à empresa GPS TRANSPORTES LTDA., consideramos que, como os fatos aduzidos à empresa versam sobre o Pregão Eletrônico nº 21/2015 - SE/DF, acompanhado pelo Tribunal no Processo nº 2.456/2016, e que a referida empresa não participou do PE nº 24/2016, a análise de mérito deve ser tratada naqueles autos.

70. Por fim, diante da análise depreendida nesta instrução, na qual observamos a ausência de vencedores e de oferta de preços que efetivamente comprovem a sua vantagem, indicando que o certame restou fracassado, iremos sugerir que seja determinado à SE/DF que adote medidas para o exato cumprimento da lei, haja vista o Pregão Eletrônico nº 24/2016 não ter logrado êxito no alcance da proposta mais vantajosa para Administração Pública, conforme princípio esculpido no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

9. O MPC/DF, convergiu parcialmente com o entendimento propalado pela Unidade Técnica, sugerindo ao Plenário o seguinte (e-DOC [2BE442ED-e](#); Peça 183):

I - considere

a - **procedentes** as Representações formuladas pelo MPC/DF e pela Travel Bus Ltda. no que concerne à **quebra da isonomia** no certame e à **frustração ao caráter competitivo** da licitação;

b - **prejudicada** a análise de mérito relacionada à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

insurgência contra os documentos de habilitação da empresa Gps Transportes Ltda., apresentada na Representação encaminhada pela empresa Travel Bus Ltda. uma vez que tais fatos versam sobre o Pregão Eletrônico nº 21/2015-SE/DF, acompanhado pelo c. **Tribunal** no Processo nº 2.456/2016, devendo a verificação de mérito ser tratada naqueles autos.

II - determine à Secretaria de Estado de Educação - SE/DF que, com fulcro no art. 1º, X, da LC nº 1/1994, adote medidas para o fiel cumprimento da lei, sobretudo no que se refere à anulação do presente procedimento licitatório e a realização de outro certame para o objeto demandado;

III - autorize a realização de **inspeção** na SE/DF para avaliar os pregões realizados pela jurisdicionada para a contratação de transporte de estudantes, de modo a avaliar eventual conluio entre as entidades indicadas neste Parecer, mormente em razão do vultoso valor despendido para pagamento de obrigações atreladas ao grupo societário apontado, levando em consideração os indícios de irregularidades mencionados na Representação nº 7/2017-ML, na Representação formulada pela Travel Bus Ltda. e no presente Opinativo;

IV - alerte a SE/DF e o Pregoeiro responsável pelo certame que, doravante, faça constar nos editais da Pasta os termos da Lei Distrital nº 5.980/2017.

10. Na última assentada, em 19/04/2018, o Tribunal, mediante a Decisão nº 1.835/2018, por unanimidade, assim se manifestou (e-DOC [A8302C9E-e](#), Peça 189, grifou-se):

I - preliminarmente, autorizar o sobrestamento do exame do mérito da Representação nº 7/2017-ML e das Representações formuladas pela empresa TRAVEL BUS LTDA., no aguardo do desfecho do Mandado de Segurança nº 2017.00.2.022021-8; II - dar ciência desta decisão aos interessados; III - autorizar o retorno dos autos ao corpo técnico, para os devidos fins.

11. Naquela feita, o Conselheiro-Relator assinalou que a tramitação concomitante do Mandado de Segurança caracteriza-se como prejudicialidade externa, motivando o sobrestamento do presente feito, a saber (e-DOC [3F4EBD1C-e](#), Peça 188, grifou-se):

Trata-se, nesta fase, de análise do mérito da Representação nº 7/2017-ML e das Representações formuladas pela empresa TRAVEL BUS LTDA. (e-doc.: 77AA8B55-c e 66BF8175-c2 e 83761851-c), apontando possíveis irregularidades nos Pregões Eletrônicos nºs 21/2015, 24/2016 e 03/2017 - conduzidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SE/DF).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

O douto Ministério Público questionou, em suma, a ausência de competitividade em Pregões Eletrônicos realizados pela SE/DF para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da Rede Pública do Distrito Federal.

Por sua vez, a empresa TRAVEL BUS LTDA. questiona supostas fraudes nos Pregões Eletrônicos nºs 21/2015, 24/2016, 03/2017, lançados pela Secretaria de Estado de Educação - SE/DF -, com vistas à contratação de empresas especializadas em transporte escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Entre as possíveis irregularidades, aponta os seguintes indícios:

- utilização de grupo econômico formado por sete empresas que se associaram para fraudar os procedimentos licitatórios;
- falsificação de documentos das empresas pertencentes ao citado grupo empresarial (falsidades cometidas nos Atestados de Capacidade Técnica das Empresas envolvidas).

Consoante relatado, os pareceres são parcialmente convergentes. Apesar de unidade técnica e Ministério Público convergirem quanto a não obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, levando à determinação de adoção das medidas necessárias ao estrito cumprimento da lei, o Parquet divergiu parcialmente, defendendo a procedência das representações, a ausência de competitividade do certame, causada por forte indícios de fraude, e a necessidade de realização de inspeção para aferir a regularidade de outros certames e ajustes relacionados à prestação dos serviços em tela.

Ao compulsar os autos, registro inicialmente a necessidade se enfrentar uma questão prejudicial. Refiro-me ao fato de ainda estar em tramitação no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios o Mandado de Segurança nº 2017.00.2.022021-8, impetrado pela Cooperbras em face da deliberação desta Corte que suspendeu liminarmente atos destinados à celebração do contrato derivado do Pregão Eletrônico 24/2016- SE/DF (Decisão nº 4934/2017).

(...)

Nesse diapasão, convém demonstrar que o objeto do referido mandamus confunde-se com a matéria examinada neste feito.

(...)

Isso resta claro em uma leitura do Relatório apresentado pela Relatora do aludido processo judicial por ocasião do exame do pedido de medida liminar:

O impetrante relata, detalhadamente, os trâmites ad-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

ministrativos realizados para a contratação de empresa especializada no serviço de transporte escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino de Sobradinho. Assevera que a decisão do TCDF é ilegal porque determinou a suspensão dos atos para realização do contrato, mesmo encerrado o procedimento licitatório. Argumenta que o contrato estava pronto, assinado pelo impetrante e necessitava apenas da assinatura do Secretário de Educação e da publicação. Defende que seriam apenas atos relacionados com a eficácia. Aponta que a Corte de Contas não apresentou motivação idônea e elemento fático probatório hábil a desencadear a suspensão do certame.

Argumenta que o Órgão fiscalizador usurpou a competência da Câmara Legislativa prevista no artigo 78 da Lei Orgânica do DF. Menciona que "a Corte de Contas não recebeu prerrogativa para suspender diretamente contratos firma dos por particulares, cabendo a ela, caso verificada qualquer irregularidade, comunicar a Câmara Legislativa do DF". Colaciona jurisprudência.

Aponta violação ao princípio da razoabilidade. Acrescenta que adquiriu veículos para prestar o serviço, locou garagem, providenciou vistoria pelo DETRAN/DF, e contratou pessoal com o objetivo de cumprir as condições assumidas no contrato.

Esclarece que os prejuízos a serem suportados pelo impetrante são incalculáveis e de difícil reparação. Afirma que a manutenção da suspensão cautelar causará grave prejuízo a sociedade e ao interesse público diante da deficiência da prestação de serviços efetuada pela atual empresa, conforme relatado em processo administrativo. Aponta violação a teoria dos motivos determinantes.

Requer a concessão da liminar para que seja sustada, anulada ou afastada a decisão 4934/2017 do TCDF.

Além do questionamento quanto à possível extrapolação de competência por parte desta Corte, a exordial do Mandado de Segurança traz questionamentos quanto à fundamentação a ser adotada, também por este Tribunal, no exame de questões fulcrais das representações em tela:

1) Alegada inabilitação desmotivada da TBAHIA:

(...)

2) suposta concessão de prazos a impetrante:

(...)

3) Da alegação de suposto ajuste entre grupo econômico

No mesmo diapasão, não foi colacionado nenhum documento capaz de infirmar de forma contundente qualquer ajuste entre as empresas participantes, mesmo porque o impetrante somente logrou-se vencedor no certame, após a desistência voluntária da empresa TBAHIA.

Par outro lado, não há qualquer elemento de prova hábil a infirmar o suposto grupo econômico, e ainda que assim não fosse, não há vedação para empresas com



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

mesmos sócios ou parentes participarem de mesma licitação, conforme esboçado o entendimento do TCU pelo próprio parquet de contas em sua Representação, e que eventual conluio deve ser provado através do nexo de causalidade, o que não existe na documentação juntada nos autos perante o TCDF.

4) Dos vultuosos valores supostamente percebidos pela prestação de serviços relativos a diversas licitações da pasta da Secretaria de Educação - alegada falta de capacidade econômica

(...)

Dessa forma, o exame do mérito da Representação nº 7/2017-ML e das Representações formuladas pela empresa TRAVEL BUS LTDA. deve ser sobrestado no aguardo do desfecho do Mandado de Segurança nº 2017.00.2.022021-8.

12. Em 12/07/2018, o TJDF, mediante o Ofício nº 9.293/SCM e anexos, encaminhou cópia de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 2017.00.2.022021-8¹, na qual relata que foi julgado extinto o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, VIII do Novo CPC, tendo em vista a manifestação da Impetrante pela desistência do feito (e-DOC [50F254B6-c](#), Peça 208).

II - Dos objetivos da presente Informação

13. Esta peça processual tem como objetivo analisar o mérito da Representação nº 7/2017-ML; das Representações formuladas pela empresa TRAVEL BUS LTDA. e do Parecer nº 319/2018 GPML, a partir dos pontos questionados no voto condutor da Decisão nº 1.835/2018.

III - Da análise de mérito

14. Preliminarmente à análise de mérito, é necessário ressaltar que a Representação proposta pela empresa Travel Bus Ltda. alega a existência de fraudes em procedimentos licitatórios lançados pela Secretaria de Estado de Educação – SE/DF, especialmente nos Pregões Eletrônicos nºs 21/2015, 24/2016 e 03/2017.

15. Entretanto, nesses autos, será examinada apenas as possíveis irregularidades atinentes ao Pregão Eletrônico nº 24/2016.

¹ Mandado de Segurança impetrado pela COOPERATIVA DE TRANSPORTES COOPERBRAS contra ato da Presidente do TCDF que, em 10 de outubro de 2017, suspendeu liminarmente atos destinados a efetivação do contrato derivado do Pregão Eletrônico 24/2016 - SEE/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

16. As possíveis irregularidades constantes no Pregão Eletrônico nº 21/2015 serão analisadas no Processo nº 2456/2016 e as irregularidades atinentes ao Pregão Eletrônico nº 03/2017 no Processo nº 03/2017.

17. Neste sentido é esclarecedor o voto Condutor da Decisão nº 5.049/2017, nos autos do Processo nº 33.161/201, proferido pelo eminente relator Conselheiro Paulo Tadeu, *in verbis* (e-DOC [0D5970F9-e](#), Peça 08):

Trata-se de Representação proposta pela empresa Travel Bus Ltda., mediante a qual alega a existência de fraudes em procedimentos licitatórios lançados pela Secretaria de Estado de Educação – SE/DF, especialmente nos Pregões Eletrônicos nºs 21/2015, 24/2016 e 03/2017, cujos objetos versam sobre:

- **Pregão eletrônico nº 21/2015:** contratação de empresa especializada em transporte de pessoas para prestação de serviço de transporte escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, dividido em 03 (três) lotes: "J" – Núcleo Bandeirante, "K" – Recanto das Emas, e "O" – Itapoã, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado.
- **Pregão eletrônico nº 24/2016:** contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte escolar aos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, na Região "F" – Sobradinho, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado.
- **Pregão eletrônico nº 03/2017:** contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte escolar aos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, na Região "C" – São Sebastião, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado.

Em síntese, na peça vestibular, a Representante apontou indícios de utilização de grupo econômico formado por sete empresas que se associaram para fraudar os procedimentos licitatórios tendentes a contratar serviço de transporte escolar pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Noticiou, ainda, a ocorrência de falsificação de documentos das empresas pertencentes ao citado grupo empresarial.

No concernente ao Pregão Eletrônico nº 21/2015, a Representante aduz que, relativamente à vencedora do certame, empresa PGS TRANSPORTES, pairam dúvidas a respeito da autenticidade dos atestados de capacidade técnica.

Quanto ao Pregão nº 24/2016, sagrou-se vencedora a Cooperativa de Transportes – COOPERBRÁS, tendo havido, segundo narra a Representante, irregularidades na documentação da habilitação da Cooperativa (atestados de capacidade técnica), bem como na planilha de formação de custos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Por fim, no pertinente ao Pregão Eletrônico nº 03/2017, a alegação é de que as seis empresas que participaram do certame são do mesmo Grupo Econômico, pertencente ao Sr. Ronaldo de Oliveira.

Destarte, a Representante requereu, **cauteladamente**, a **suspensão dos Pregões Eletrônicos nºs 24/2016 e 03/2017**, enquanto são apuradas as denúncias noticiadas na exordial.

(..)

Com efeito, no concernente ao **Pregão eletrônico nº 21/2015**, o feito está registrado neste **Tribunal sob o número 2456/2016**, encontrando-se arquivado. Estes autos estão vinculados à relatoria do **Conselheiro Márcio Michel**.

Outrossim, observo que o Contrato entre o Distrito Federal e a empresa vencedora do certame foi assinado em 10.02.2017, e publicado no DODF do dia 16.02.2017, págs. 21/22.

Relativamente ao **Pregão Eletrônico nº 24/2016**, o Processo nº 14774/2016 está sob a minha relatoria, tendo o Tribunal, em 10.10.2017, proferido a Decisão nº 4934/2017, mediante a qual a Corte **concedeu a cautelar** requerida pelo Ministério Público de Contas para suspender os atos destinados à firmatura do contrato derivado do Pregão Eletrônico nº 24/2016-SE/DF.

Quanto ao Pregão Eletrônico nº 03/2017, o Tribunal está tratando dele nos autos de nº 7.755/2017, de relatoria do Conselheiro Manoel de Andrade. Destaco que, no citado Processo, o Tribunal, por meio da Decisão nº 4369/2017, concedeu a medida cautelar requerida pela empresa Faco Recuperação e Locação Ltda. EPP, e suspendeu o Pregão Eletrônico nº 03/2017-SE/DF.

(...)

Do breve histórico, denota-se que a Representação sub examine, conquanto passível de conhecimento, deve ser encaminhada, com cópia, para os respectivos relatores originários, para que analisem com maior vagar possíveis reflexos nos processos presididos pelos correspondentes Conselheiros.

Pelo exposto, acolhendo parcialmente as conclusões da Unidade Técnica, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

a) da Representação proposta pela empresa Travel Bus Ltda., bem como dos documentos que a acompanha (e-DOC 438082C3-c);

b) da Informação nº 151/2017 - 2ª Diacom (e-DOC F6B63293-e);

II. considere prejudicada a medida cautelar requerida, uma vez que os Pregões Eletrônicos estão suspensos por força



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

das Decisões nºs 4934/2017 e 4369/2017;

III. autorize:

a) a remessa de cópia da Representação e documentação que a acompanha aos Processos nºs 2.456/2016 e 7.755/2017, cujos relatores originários são, respectivamente, os Conselheiros Márcio Michel e Manoel de Andrade, para as pertinentes análises;

b) a juntada cópia da Representação documentos que a acompanha ao Processo nº 14.774/2016, de minha relatoria, no qual se examina o Pregão Eletrônico nº 24/2016;

c) a ciência da Decisão que vier a ser proferida à Representante;

d) o retorno dos autos a Secretaria de Acompanhamento, para fins de arquivamento.

18. No que tange o mérito das Representações em análise, ressalta-se que o douto Ministério Público questionou, em suma, a ausência de competitividade no PE nº 24/2016, tendo em vista a atuação conjunta das sociedades empresárias.

19. Entre os fatos apontados pelo Parquet estão a relação de parentescos entre os sócios, a convocação de sociedade integrante do grupo de pessoas jurídicas interligadas, identidade de agências bancárias, apresentação idêntica de números de telefone para entidades diversas e pagamento de obrigações de uma das outras. Tais fatos constituem elementos suficientes para configurar a frustração ao caráter competitivo do certame, o que, no seu sentir, demanda a realização de nova licitação.

20. Por sua vez, a empresa TRAVEL BUS LTDA. questiona utilização de grupo econômico formado por sete empresas que se associaram para fraudar presente certame, bem como a falsificação de documentos das empresas pertencentes ao citado grupo empresarial (falsidades cometidas nos Atestados de Capacidade Técnica das Empresas envolvidas).

21. A seguir procederemos à análise complementar dos pontos questionados na Representação nº 7/2017-ML (Peça 88), das Representações formuladas pela empresa TRAVEL BUS LTDA. (Peça 137, 139 e 140) e do Parecer nº 319/2018 GPML (Peça 183), de forma conjunta a partir dos pontos abordados pelo Nobre Relator.


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

III.1 - Da atuação conjunta das sociedades empresárias

22. O *Parquet*, mediante a Representação nº 07/2017-ML, assevera que a mitigação de competitividade foi consubstanciada em razão da existência de parentesco entre integrantes dos quadros societários, liame que teria culminado no direcionamento da licitação em favor de licitante integrante do grupo de entidades inter-relacionadas, a saber (e-DOC [2F4B007C-e](#); Peça 88):

No tocante à eventual correlação entre as participantes do Pregão Eletrônico nº 24/2016 – SE/DF, importante trazer à baila dados do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas que comprovam a existência de inter-relação entre a Cooperativa de Transporte Cooperbras, a Rodoeste Transporte e Turismo e a G.P Silva Transporte Eireli – ME, conforme demonstrado no quadro transcrito a seguir:

Licitante	Quadro Societário	Mãe
G.P Silva Transporte Eireli – ME	Gaspar Pacheco da Silva	Alda Rosa da Silva
Cooperativa de Transporte Cooperbras	Ronaldo de Oliveira (Diretor-Presidente)	Ana Rosa de Oliveira
	Reginaldo de Oliveira (Diretor-Presidente)	
RODOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA – EPP	Ana Rosa de Oliveira (Administradora)	Maria Rosa de Oliveira
	Pedro Henrique Veigas de Oliveira	Elizabete Veigas de Ataídes

Os dados apresentados na denúncia, aliados ao exame empreendido por este MPC/DF, demonstram relação sensível entre 4 licitantes que participaram do Pregão Eletrônico nº 24/2016 – SEE/DF. Explico.

É de se verificar que a Rodoeste Transporte e Turismo, por meio de sua administradora Ana Rosa de Oliveira, emitiu Atestado de Capacidade Técnica para a Auto Viação Vitória Ltda. – ME (Anexo III), muito embora o Contrato de Prestação de Serviços nº 427/2013 tenha sido entabulado entre a Rodoeste e a Prefeitura de Padre Bernardo, sendo vedada a subcontratação, conforme a Cláusula IX.II do ajuste (Anexo IV), indicando, além de fraude, possível afronta ao caráter competitivo do certame.

A sociedade empresária GPS Transporte Ltda. – ME, que não participou do certame, possui como sócios os Srs. Gaspar Pacheco da Silva e Ronaldo de Oliveira, indicando possível violação ao sigilo das propostas, uma vez que o Sr. Gaspar é empresário individual de responsabilidade limitada (G.P Silva Transporte Eireli – ME) e o Sr. Ronaldo é Diretor-Presidente da Cooperbras, ambas participantes do certame.

Nessa esteira, considerando que apenas 12 interessados acudiram ao chamamento promovido pelo Poder Público, entende-se haver indícios de mitigação da competitividade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

esperada da licitação em destaque, visto que o panorama delineado nesta Exordial demonstra que 25% das interessadas no certame podem possuir interesses convergentes.

23. Acrescenta que há fortes indícios de inobservância aos princípios da isonomia, motivação, da legalidade, da moralidade, da seleção da proposta mais vantajosa e da economicidade tendo em vista os seguintes fatos, *in verbis*:

Em tempo, volvendo o exame à denúncia formulada pela TBAHIA Transporte Eireli - ME, vale apresentar a síntese dos argumentos engendrados pelo aludido empresário individual.

In casu, a licitante ressaltou que, quando convocada, requereu prorrogação do prazo de 5 dias inicialmente fixado para apresentação dos veículos e profissionais necessários à execução da avença, sendo que a SE/DF indeferiu o seu pleito, sob o argumento de que havia premência para a assinatura do ajuste.

Diante da negativa apresentada, a licitante declinou do direito de firmar o contrato com a Administração Pública, uma vez que o prazo conferido pela SE/DF seria insuficiente para mobilizar a frota de 65 ônibus, mormente em razão do prazo necessário para aquisição e licenciamento dos veículos.

Malgrado o motivo determinante invocado pela SE/DF, a denunciante obtemperou que a Cooperbras, classificada na posição subsequente e que teve o objeto adjudicado em seu favor em 29/6/2017, ainda não assinou o contrato, tendo sido concedido prazo excessivo para que possa apresentar os veículos e profissionais necessários à execução da avença.

Nesse particular, oportuno ressaltar que, de acordo com o entendimento da Prof.^a Maria Sylvia Zanella Di Pietro³, a validade do ato se vincula aos motivos indicados como seu fundamento, de tal modo que, se inexistentes ou se perderem sua razão de ser, implicam na invalidade do ato.

(...)

Assim, diante das informações recebidas, a inabilitação da TBAHIA Transportes Eireli - ME em razão da não apresentação dos veículos e profissionais tempestivamente, haja vista a possível urgência declarada pela SE/DF, parece não ter sido corroborada pela situação fática indicada no Termo de Adjudicação do Pregão eletrônico, haja vista que o contrato ainda não foi celebrado. Nessa perspectiva, aos olhos do MPC/DF, conforme sustentou a denúncia, pode ter sido vilipendiado o princípio da isonomia, corolário das licitações públicas, a teor do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

24. A empresa Travel Bus, ao seu turno, informa que houve a participação de seis empresas ligadas ao grupo econômico do Sr. Ronaldo de Oliveira atuando em conjunto com o objetivo de obstar a competitividade do PE nº 24/2016.

25. Naquela oportunidade asseverou o seguinte, *in verbis* (e-DOC [77AA8B55-c](#); Peça 139):

Ha indícios de utilização de grupo econômico com provável formação de organização criminosa, para burlar, superfaturar, fraudar e vencer licitações e/ou repactuações de preços em contratos junto ao GDF (em especial junto a Secretaria de Educação), tendo como responsável o senhor RONALDO DE OLIVEIRA, CPF: 691.207.491 -04, utilizando para cobertura nas Licitações e nas Pesquisas de Preços as seguintes empresas:

1) **AUTO VIAÇÃO VITÓRIA LTDA. ME**, CNPJ: 13.543.337/0001-97 (doc. 02), registrada em nome de **Carlos Alberto Barbosa Vieira**, que é supostamente, um funcionário do grupo econômico.

2) **RPA COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME**, CNPJ: 15.008.201/0001-02 (doc. 03), registrada em nome de Roberto Souza Fonseca e Paulo Rogerio Souza da Fonseca. Esta apenas participa das licitações dando "cobertura", mas não apresenta proposta ou documentação.

3) **G P SILVA TRANSPORTE EIRELI ME**, CNPJ: 26.079.228/0001-02 (doc. 04), registrada em nome de Gaspar Pacheco da Silva, QUE É SÓCIO DE RONALDO DE OLIVEIRA na GPS Transportes Ltda. CNPJ: 05.788.430/0001-33.

4) **OLIVEIRA TRANSPORTES E TURISMO LTDA. ME**, CNPJ: 07.525.475/0001-40 (doc. 05), registrada em nome de Soraya Gomes da Cunha e Barbara Barbosa de Carvalho. A sócia administradora e a sra. Soraya Gomes da Cunha, QUE É ESPOSA DE RONALDO DE OLIVEIRA.

5) **RODOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA. EPP**, CNPJ: 03.342.856/0001-33 (doc. 06), registrada em nome de Pedro Henrique Viegas de Oliveira e Ana Rosa de Oliveira. A sócia administradora é a sra. Ana Rosa de Oliveira, QUE É MAE DE RONALDO DE OLIVEIRA. Conforme se verifica na cópia do Contrato 427/2013, firmado entre a Rodoeste Transportes e a Prefeitura Municipal de Padre Bernardo (doc. 07), o senhor Ronaldo atua como procurador da empresa RODOESTE.

6) **COOPERATIVA DE TRANSPORTES COOPERBRAS, C** NPJ: 19.444.251/0001-93 (doc. 08), registrada em nome de Francisco de Assis Queiroz, Jorge Luís Nogueira Oliveira, Reginaldo de Oliveira e Ronaldo de Oliveira. O diretor presidente é RONALDO DE OLIVEIRA.

7) **GPS TRANSPORTES LTDA. ME**, CNPJ: 05.788.430/0001-33 (doc. 09), registrada em nome de Ronaldo de Oliveira e Gaspar Pacheco da Silva, ambos sócios administradores.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Ressalte-se que o Sr. Gaspar também é proprietário da G P Silva Transportes Eireli ME - já descrita no item 03 acima.

A ligação entre as empresas também fica demonstrada no Comprovante de Pagamento da Guia de Previdência Social competência 13/2015 da empresa Rodoeste Transportes realizados através da conta corrente n.º 025027565-1, do Banco BRB, de titularidade da empresa Oliveira Transportes (doc. 10).

(...)

Cabe ressaltar que o Senhor Gaspar Pacheco, sócio do Senhor Ronaldo de Oliveira na empresa GPS já esteve envolvido em falsificação de documentos durante a prestação de serviços para a Secretaria de Educação, inclusive foi preso no ano de 2012, (...) (doc. 12).

Ressalte-se ainda que a Empresa Rodoeste Transporte que possui Contrato vigente com a Secretaria de Educação, vem utilizando os Ônibus da frota de prestação de serviços do seu contrato da região da Brasilândia, para transportar alunos que utilizam o cartão estudantil e recolhe os cartões dos alunos para que os mesmos sejam validados junto a catraca de outro Ônibus (pertencentes a mesma empresa), fraudando assim o subsídio oferecido pelo GDF (o Subsídio PLE), conforme reportagem veiculada em 23/05/2017 pelo DFTV da Rede Globo, disponível no link: <https://globo-play.globo.com/v/5888607/>.

(..)

O pregão teve sua abertura realizada em 10/11/2016. Nesta licitação houve a participação de seis empresas ligadas ao grupo econômico do Sr. RONALDO DE OLIVEIRA, conforme se depreende da Ata de Realização do Pregão Eletrônico (doc. 16), sendo elas: AUTO VIAÇÃO VITÓRIA, RPA COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, G.P SILVA TRANSPORTE, COOPERATIVA DE TRANSPORTES - COOPERBRAS, RODOESTE TRANSPORTES E TURISMO e OLIVEIRA TRANSPORTES.

Quando a fase de lances foi encerrada, a empresa vencedora AUTO VIAÇÃO VITÓRIA, foi convocada para envio do anexo, porém não atendeu a convocação, então a proposta foi recusada e a empresa RPA COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS foi convocada para envio do anexo, porém também não atendeu a convocação, então a sua proposta foi recusada e a empresa G.P SILVA TRANSPORTE foi convocada para envio do anexo, porém apesar de enviar a proposta, não encaminhou a documentação também não atendeu a convocação, então a sua proposta foi inabilitada e a empresa TBAHIA TRANSPORTES (que não faz parte do grupo) foi convocada para envio do anexo de proposta, e o encaminhou, bem como encaminhou a documentação e foi habilitada em 16/11/2016.

Nesse contexto, tem-se que o art. 7º da Lei 10.520/2002 assim dispõe:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Ocorre que não se tem notícia sobre a apuração da violação pelas empresas acima citadas ao referido artigo.

Após, em 20/06/2017 a pregoeira retornou para a fase de habilitação tendo em vista que a empresa vencedora se recusou a assinar o contrato, conforme Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar nº 01 e 02 (doc. 17). Assim, a empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTES - COOPERBRAS foi convocada para envio do anexo de proposta em 23/06/2017 as 11:02 e sua proposta foi recusada pelo pregoeiro conforme mensagem de 26/06/2017 as 14:26: "senhor sua proposta será inabilitada por não apresentar atestado de capacidade técnica, Certidão da Receita e INSS vencidas no SICAF". Assim, a empresa RODOESTE TRANSPORTES E TURISMO foi convocada para envio do anexo em 26/06/2017 as 14:27 e a sua proposta foi aceita e habilitada em 27/06/2017 as 14:00. Ressalte-se que neste momento foi aberto prazo para intenção de recurso e a empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTES - COOPERBRAS não apresentou qualquer recurso contra sua inabilitação.

No dia 27/06 as 16:04 foi informado pelo sistema que o item 1 está retornando a fase de aceitação e que o mesmo foi reagendado para dia 28/06 as 16:10. No dia 28/06 as 16:33 houve retorno da licitação com a seguinte mensagem do pregoeiro: "devido a inabilitação equivocada da empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTES - COOPERBRAS - estamos retornando o prego 24-2016 para a fase de aceitação de proposta para a retificação do ato que inabilitou a referida empresa, tendo em vista que a mesma apresentou toda a documentação exigida no edital". Este estranho e inexplicável retorno ao concorrente anterior ocorreu sem qualquer recurso da empresa. Assim as 16:44 a empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTES - COOPERBRAS teve sua proposta aceita e foi habilitada. Ressalte-se que as 16:45 foi aberto prazo para intenção de recurso até as 17:08 e a empresa RODOESTE TRANSPORTES E TURISMO não apresentou qualquer recurso contra sua inabilitação e/ou contra a habilitação da empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTES - COOPERBRAS. Assim, no dia 29/06 as 14:02 a proposta da COOPERATIVA DE TRANSPORTES - COOPERBRAS foi adjudicada e em 05/07/2017 as 17:49 o prego foi homologado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

26. O MPC/DF, mediante o Parecer nº 319/2018-ML, aponta outros elementos que indicam a relação estreita entre as sociedades que supostamente atuaram em conluio, a saber (e-DOC [2BE442ED-e](#); Peça 183):

38. Como exposto na Representação nº 7/2017-ML, existem fatos que indicam a existência de **relação sensível entre a Auto Viação Vitória Ltda. ME e a Rodoeste Transporte e Turismo Ltda.**, integrante do grupo mencionado na peça inaugural.

39. Do mesmo modo, ao compulsar os dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídico, este **MPC/DF** constatou que a RPA Comércio e Prestação de Serviços Ltda. e a Cooperativa de Transportes - Cooperbras **estão situadas no mesmo logradouro**, qual seja a **Rodovia DF 435, KM 6,5, Brazlândia - DF**, o que é suficiente para indicar a existência de liame entre as entidades.

40. Mister ressalta que o endereço indicado também foi registrado no Documento de Arrecadação (caução) - DAR 15248/2017 apresentado pela Cooperativa de Transporte - Cooperbras no processo atinente ao **Pregão Eletrônico nº 24/2016** (peça 114 - e-DOC 57F3F289-c, p. 10).

41. Ademais, no indigitado documento de arrecadação **consta o número de telefone 3391-2464**, registrado em documentos atinentes à **Rodoeste Transporte e Turismo Ltda. - ME** (peça 133 - e-DOC ABEC97A7-c, p. 16). Nesse particular, oportuno ressaltar que o **referido número de telefone é verificado no registro de CNPJ e nos dados de credor do sistema SIGGO atinentes à Rodoeste Transporte E Turismo Ltda. ME, bem como em proposta apresentada pela Cooperbras no Processo nº 080.009.809/2015** (peça 115 - e- DOC EA4EBDB1-c, p. 2.323).

42. Gera estranheza o fato dessas semelhanças não terem suscitado qualquer questionamento por parte da SE/DF.

43. Além das evidências apresentadas alhures, o **MPC/DF** identificou outros elementos que **corroboram** a relação estreita entre as sociedades que supostamente atuaram em conluio.

44. Ao compulsar os dados do sistema SIGGO, este Órgão Ministerial constatou que **as sociedades empresárias com relação de afinidade detêm contas bancárias na mesma agência do BRB**, em que pese situadas em regiões diversas, conforme especificado na tabela abaixo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Licitante	Endereço	Agência Bancária
GPS Transportes Ltda. ME	DF 280, KM 03, CH GM, Recanto das Emas - DF	025 - BRB (Brazlândia)
Cooperativa de Transportes - Cooperbras	Quadra 05, Lote 15, Padre Bernardo - GO	025 - BRB (Brazlândia)
Rodoeste Transportes e Turismo Ltda. ME	Quadra 47, Conjunto A, Lote 8, Brazlândia - DF	025 - BRB (Brazlândia)
Oliveira Transportes e Turismo Ltda.	VL São José, Quadra 37, Lota A, Brazlândia - DF	025 - BRB (Brazlândia)

45. Ainda com relação às informações bancárias das entidades supostamente envolvidas, destaca-se que, conforme consignado na Representação que originou o Processo nº 33.161/2017-e, **a conta bancária da Oliveira Transporte e Turismo Ltda. ME foi utilizada para pagamento de obrigação da Rodoeste Transporte e Turismo** (e-DOC 438082C3-c. p. 45).

46. **Ad argumentandum tantum**, reforça a suspeita de articulação entre as sociedades a existência de **erro de ortografia e posterior correção nas mensagens registradas pela Cooperativa de Transportes - Cooperbras (20/6/2017 - 14:47:55 e 20/6/2014 - 16:32:29) e pela Rodoeste Transporte e Turismo Ltda. ME (26/6/2017 - 14:34:47 e 26/6/2017 - 14:50:25) na Ata Complementar nº 1 de Realização do Pregão Eletrônico nº 24/2016.**

47. Com efeito, além da relação de parentesco indicada na Representação nº 7/2017- ML, **existem elementos suficientes para formar convicção acerca da atuação conjuntas das pessoas jurídicas G.P Silva Transporte Eireli ME, Cooperativa de Transporte - Cooperbras, Rodoeste Transporte e Turismo Ltda. - EPP, Auto Viação Vitória Ltda. ME, Oliveira Transporte e Turismo Ltda. ME e RPA Comércio e Prestação de Serviços Ltda., o que, com arrimo na supremacia e indisponibilidade do interesse público, demanda apuração mais detida no âmbito deste e. TCDF acerca da frustração ao caráter competitivo de licitações com a participação de entidades suposto grupo.**

27. Segundo, o Órgão Ministerial, esses fatos, aliados aos já apresentados na Representação nº 07/2017-ML, constituem elementos contundentes para configurar a frustração ao caráter competitivo do certame, demandando, ao seu sentir a realização de nova licitação, a saber (e-DOC [2BE442ED-e](#); Peça 183):

25. Na espécie, **essa relação de causalidade entre os fatos avaliados no processo e a possibilidade de contratação de licitante integrante do grupo, além de restar demonstrada,**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

culminou no alcance de preço desvantajoso para a Administração Pública, tanto que o Corpo Instrutivo sugeriu o reconhecimento de fracasso do certame.

26. Em tempo, vale sublinhar que parte das sociedades envolvidas nas licitações realizadas pela SE/DF são investigadas na Operação Trickster da Polícia Civil do Distrito Federal, o que reforça a necessidade de avaliar com bastante acurácia os indícios levantados e, além disso, ampliar o escopo dos procedimentos de controle já realizados, de modo a resguardar os postulados insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993. (Grifo nosso)

28. Por fim, o *Parquet* assevera que a empresa Cooperbras deveria ser inabilitada pelos mesmos motivos apresentados à empresa TBAHIA, ou seja, pelo descumprimento do requisito no item 14.2 do edital c/c item 14.5, a saber (e-DOC [2BE442ED-e](#); Peça 183):

29. Quanto ao eventual tratamento diferenciado ofertado à Cooperativa de Transportes – Cooperbras, este MPC/DF dissenso do obtemperado pelo Corpo Instrutivo, uma vez que, ao compulsar as atas de realização do Pregão Eletrônico nº 24/2016, não foi identificada qualquer alteração da retificação da inabilitação registrada em 28/6/2017 na ata do certame, em que pese o descumprimento de normas editais pela interessada. Dessarte, não há laivo de dúvida que postura diversa foi adotada em relação à TBAHIA Transportes Eireli, uma vez que o descumprimento das normas editais, sobretudo quanto ao prazo, culminou em sua inabilitação. Isso, per se, denota flagrante afronta aos postulados da vinculação ao edital e da impessoalidade.

30. Nessa toada, não se pode olvidar que a SE/DF, por meio do Ofício nº 2.136/2017 – GAB/SE (peça 130 – e-DOC D092714B-c), reconheceu que a Cooperbras também não observou requisitos previstos no Edital, o que, diversamente do verificado no caso concreto, evocaria a inabilitação da interessada.

31. A par do exame dos autos, verifica-se que o Corpo Instrutivo também entende necessária a inabilitação da Cooperativa. Vale dizer que, conforme pugnou o Corpo Técnico no parágrafo 52 da Informação nº 92/2018 (pela 179 – e-DOC 4F2AFD04-e), a empresa COOPERBRAS deveria ser inabilitada pelos mesmos motivos apresentados à empresa TBAHIA, ou seja, pelo descumprimento do requisito previsto no item 14.2 do Edital, c/c item 14.5, o que não ocorreu na espécie, tanto que a aludida Cooperativa pleiteia judicialmente a assinatura do ajuste (Mando de Segurança nº. 2017.00.2.022021-8).

32. Ora, a discrepância no tocante à aplicação da regra editalícia, reconhecida no exame realizado pelo Corpo Instrutivo, evidencia o tratamento diferenciado indicado na



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

exordial. Nessa toada, visto que ainda remanesce a possibilidade de celebração do contrato com Cooperbras, este MPC/DF entende que não há se falar em perda de objeto da Representação e tampouco da sua improcedência.

Mérito:

29. Ao analisar a Ata do PE nº 24/16, verificamos que a empresa vencedora, AUTO VIAÇÃO VITÓRIA LTDA. – ME foi convocada pelo Pregoeiro, pelo melhor lance de R\$ 11,93, para encaminhar a proposta (e-DOC [60F24958-e](#); Peça 211).

30. Porém, expirado o prazo de 1 (uma) hora, conforme disposto no item 10.1 do Edital, sem o encaminhamento da proposta, o Pregoeiro promoveu a convocação da segunda colocada, empresa RPA COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. – ME, melhor lance de R\$ 11,94, que, da mesma maneira, não encaminhou a proposta.

31. Logo em seguida, a empresa terceira colocada, G.P. SILVA TRANSPORTE EIRELI – ME, apresentou a proposta de R\$ 12,50, após convocada pelo Pregoeiro, no entanto, foi desclassificada por não apresentar os documentos de habilitação nos termos do item 11.1 do Edital.

32. Diante disso, a quarta colocada, empresa TBAHIA TRANSPORTES EIRELI – ME, apresentou a proposta de preços ajustada ao último lance (R\$ 12,85) bem como seus documentos de habilitação, tendo sido classificada e habilitada, conforme mensagem datada de 16/11/2016, às 16h03min18seg.

33. Posteriormente, com base nas informações constantes na Ata Complementar nº 1 do PE nº 24/2016, de 20/06/2017, verificamos que a empresa TBAHIA TRANSPORTES EIRELI – ME foi inabilitada, sendo apresentada a seguinte motivação para o ato: “Empresa foi convocada para assinar contrato e não cumpriu com os requisitos exigidos no edital para assinatura do contrato, empresa se recusou a assinar o contrato (e-DOC [60F24958-e](#); Peça 211).

34. É necessário explicitar que a empresa TBAHIA, quando convocada, requereu prorrogação do prazo de 5 dias inicialmente fixado para apresentação dos veículos e profissionais necessários à execução da avença. Entretanto a SE/DF indeferiu o seu pleito, sob o argumento de que havia premência para a assinatura do ajuste.

35. Em seguida, foi convocada a empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTE COOPERBRAS, quinta colocada, a apresentar a proposta de seu último lance (R\$ 12,89) e os documentos de habilitação ” (e-DOC [60F24958-e](#); Peça 211).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

36. A posteriori, na mensagem datada de 26/06/2017, às 14h26min59seg, a COOPERBRAS foi inabilitada por não apresentar atestado de capacidade técnica, Certidão da Receita e INSS vencidas no SICAF.

37. Diante da desclassificação de todas as empresas que participaram da fase de lances, o Pregoeiro convocou a empresa RODOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA – ME, sexta colocada, que ofertou preço de valor unitário igual a R\$ 17,00, representando valor 31,27% superior ao valor estimado no Edital (R\$ 12,95), para negociar o preço, alcançando o valor final de R\$ 16,70, ou seja, 28,96% superior ao valor previsto no Edital.

38. Na Ata Complementar nº 2 do PE nº 24/2016, na mensagem do Pregoeiro do 28/06/2017, às 16h33min46seg, consta a seguinte informação: *"Devido a inabilitação equivocada da empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTES COOPERBRAS – estamos retornando o Pregão 24-2016 para fase de aceitação de proposta para retificação do ato que inabilitou a referida empresa, tendo em vista que a mesma apresentou toda documentação exigida no edital"*. Sendo em seguida a empresa COOPERBRAS foi declarada vencedora do certame (e-DOC [60F24958-e](#); Peça 211).

39. Com relação à frustração ao caráter competitivo da licitação, esta Unidade técnica, entende, s.m.j., que a ocorrência de empresas com sócios em comum apresentando propostas para o mesmo item sugere que a desistência das primeiras colocadas pode ter ocorrido com o propósito de favorecer entidade que havia apresentado proposta com maior valor.

40. O TCU, ao avaliar situações análogas, depreendeu que a prática indicada (denominada "coelho") representa conluio e, por conseguinte, deve ensejar a instauração de processo administrativo contra as pessoas jurídicas possivelmente envolvidas na prática de atos ilegais previstos no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, *in verbis*:

Auditoria realizada na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), tendo por objeto pregões eletrônicos lançados entre 2009 e 2012 (Comprasnet), apontara, dentre outros achados, a ocorrência de 'empresas com sócios em comum que apresentam propostas para o mesmo item de determinada licitação' e a 'existência de licitantes reiteradamente desclassificados por não atenderem aos editais ou não honrarem suas propostas', sinalizando possível enquadramento nas condutas irregulares tipificadas no art. 7º da Lei 10.520/02 (Lei do Pregão). **Diante dos fatos, determinou a relatora a realização das oitivas e audiências sugeridas pela unidade instrutiva, em especial de**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

agentes públicos (pregoeiros e responsáveis pela homologação dos certames) 'envolvidos em pregões em que se observou elevado número de ocorrências tipificadas no art. 7º da Lei 10.520/2002 sem que tivesse havido a autuação de procedimento administrativo com vistas à aplicação das sanções previstas no aludido dispositivo legal'. Realizado o contraditório, o argumento principal de defesa consistiu na 'afirmação de que, na grande maioria das ocorrências verificadas, o que ocorreu foi desistência do licitante, não apresentação de documentos ou inabilitação, e aquelas sanções só seriam aplicáveis ao adjudicatário após homologação do certame'. A relatora, contudo, pontuou que 'a interpretação de que as sanções previstas no art. 7º aplicam-se em qualquer fase do certame é a que melhor se coaduna com a jurisprudência deste Tribunal. Ademais, a leitura mais restritiva desse dispositivo não coibiria práticas perniciosas frequentemente observadas nos pregões eletrônicos, tais como a denominada 'coelho', assim descrita no relatório precedente: A ação dessas empresas consiste em apresentar proposta excessivamente baixa em um processo licitatório para que outras empresas desistam de competir, por acreditarem que o outro concorrente teria um preço que não lhes permitiriam prosseguir na disputa. Na sequência, uma empresa que esteja em conluio com o 'coelho' oferece o segundo melhor lance e, com a desclassificação intencional da primeira, acaba sendo contratada por um valor que possivelmente poderia ser superior àquele que seria obtido sem a influência do 'coelho''. Embora ponderando a existência, no caso concreto, de atenuantes na ação dos responsáveis (razoabilidade da interpretação da norma), bem como lacunas na jurisprudência do TCU sobre o alcance da penalidade de que trata o art. 7º da Lei 10.520/02 (se abrangeria ou não todas as fases da licitação), observou a relatora que o cenário recomendava a atuação pedagógica do TCU, no sentido de 'determinar à SLTI/MP e às unidades congêneres das demais esferas de governo que expeçam orientação às suas unidades vinculadas quanto à abrangência do art. 7º da Lei 10.520/2002', bem como sobre a necessidade da instauração de processo administrativo com vistas a apenar licitantes que incorrerem nas condutas irregulares ali tipificadas. (Grifos acrescentados.

(Acórdão 754/2015, Plenário, Relatora Ministra Ana Arraes, DOU 15/4/2015)

41. Além do mais, firmou o entendimento que é possível afirmar o conluio de licitantes a partir de prova indiciária².

² Estabelece o Código de Processo Penal, em seu artigo 239, que se considera indício "a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias."



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

42. A propósito acerca dos meios probatórios idôneos para configurar o conluio, o MPC/DF trouxe à baila deliberação do egrégio TCU assim ementada:

“REPRESENTAÇÃO DECORRENTE DE MANIFESTAÇÃO DA OUVIDORIA. IRREGULARIDADES EM LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO E INABILITAÇÃO INDEVIDAS. AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS ISONÔMICOS. CONLUIO ENTRE LICITANTES. REJEIÇÃO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. MULTAS. INABILITAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE DOS LICITANTES. DETERMINAÇÕES. REMESSA DE CÓPIAS.

1. É possível afirmar-se da existência de conluio entre licitantes a partir de prova indiciária.

2. Indícios são provas, se vários, convergentes e concordes. ” (Grifos acrescidos).

(Acórdão nº 2143/2007, Plenário, DOU de 15/10/2015).

43. Não obstante ser possível afirmar o conluio de licitantes a partir de prova indiciária, cabe destacar que há divergência na doutrina sobre a definição do que seja indício.

44. Alguns o concebem como meio de prova indireta, outros se posicionam no sentido de não se tratar de prova propriamente dita, senão de uma forma de raciocínio, explicitada e autorizada pelo artigo 239 do CPP.

45. Nesta perspectiva, com intuito de buscar outros elementos de prova que comprovam a relação estreita entre as sociedades empresariais que supostamente atuaram em conluio, o Corpo Técnico, mediante o Ofício DS nº 29/2018-SEA-COMP (e-DOC [29A81D3A-c](#); Peça 209), solicitou à Delegacia Especial de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública - DECAP o compartilhamento do Inquérito 426/17-CORF, referente ao Sr. Ronaldo de Oliveira, CPF 691.207.491-04, e outros investigados na Operação Trickster da Polícia Civil do DF, que tenham pertinência com a matéria em exame nos autos em comento.

46. Entretanto, mesmo após o decurso do prazo estipulado, a DECAP não forneceu as informações requeridas. Em contato telefônico com o Coordenador da CORF (por intermédio do Núcleo de informações Estratégicas do TCDF) fomos informados que não obstante o inquérito ter pertinência com a matéria tratada nos autos, o mesmo encontra-se em segredo de justiça e somente poderá ser compartilhado mediante autorização judicial.

47. Cabe destacar que as informações solicitadas são de grande relevância para aferir o possível conluio entre as licitantes, o que poderia resultar na necessidade da instauração de processo administrativo com vistas a apenar licitantes que porventura incorressem nas condutas irregulares ali tipificadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

48. A atuação em conjunta das empresas com o fito de burlar as licitações do transporte escolar do DF é noticiada por várias matérias jornalísticas divulgadas na imprensa local, conforme destacaremos a seguir:

Preso na Operação Trickster tem contratos milionários com o GDF

Apenas quatro empresas e cooperativas comandadas por Ronaldo Oliveira faturam, juntas, R\$ 36 milhões com convênios no transporte escolar

Entre os 34 presos na [Operação Trickster](#), da Polícia Civil, que investiga um [esquema criminoso no qual R\\$ 1 bilhão teria sido desviado do sistema de bilhetagem eletrônica](#), está o empresário Ronaldo Oliveira. Ele comanda cooperativas e empresas que possuem sete contratos com o Governo do Distrito Federal (GDF). **Somados, apenas quatro alcançam a cifra de R\$ 36.051.890,36. Os convênios envolvem a prestação de serviços no ramo de transporte escolar em várias cidades do DF.**

(...)

Segundo a denúncia apurada pelo tribunal, a empresa Rodoeste Transporte e Turismo LTDA. tem como sócia Ana Rosa de Oliveira, mãe de Ronaldo Oliveira, preso na ação da Coordenação de Repressão a Crimes contra o Consumidor, Propriedade Imaterial e Fraudes (Corf).

A denúncia levada ao Ministério Público de Contas aponta, ainda, que era comum a Rodoeste utilizar os ônibus da frota e seu contrato na região de Brazlândia para transportar alunos usuários do cartão estudantil. A empresa recolheria os passes dos estudantes para que fossem validados nas catracas de outros coletivos, fraudando o subsídio repassado pelo GDF.

Outros contratos

Além da Rodoeste, as suspeitas recaíram sobre duas das 12 empresas que participaram do processo licitatório. Todas teriam vínculo familiar ou envolvimento comercial de Ronaldo, o que contaminaria a concorrência do certame.

Uma delas é a GP Silva Transporte, que faz condução escolar no Recanto das Emas por meio do Contrato nº 02/2017 da Secretaria de Educação.

A empresa em questão já esteve envolvida em inquéritos policiais que investigavam a falsificação de documentos durante a prestação de serviços para a pasta. Um sócio de Ronaldo Oliveira na GP Silva, Gaspar Pacheco, foi preso em 2012 como suspeito do crime.

Outra companhia, a Oliveira Transportes e Turismo, também ligada a Ronaldo, possui outros dois convênios, nas cidades de Planaltina e Brazlândia, por meio dos Contratos nº 37/2015 e nº 38/2015, respectivamente.

Mais denúncias



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Ao Metrôpoles, a Secretaria de Educação confirmou, por meio de nota, que tem compromissos vigentes com as empresas Rodoeste e Oliveira Transportes e Turismo. No entanto, "até o momento, a pasta não registrou irregularidades nos contratos citados".

A reportagem entrou em contato com as empresas Rodoeste e Oliveira, mas ninguém atendeu às ligações.

Fraude em várias frentes

A ação das empresas de Ronaldo Oliveira é apenas um dos braços investigados na Operação Trickster, a qual culminou na prisão de 34 pessoas envolvidas na fraude bilionária que lesou os cofres do Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans). De acordo com as investigações da Polícia Civil (PCDF) e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), um mesmo cartão de vale-transporte chegou a ser utilizado 60 vezes, em apenas uma linha, em oito segundos.

Conforme ressaltou o delegado-chefe da Corf, Wisllei Salomão, o sistema do DFTrans tinha algumas inconsistências que possibilitaram as fraudes, as quais incluíam também o passe livre. "Era uma maquininha de dinheiro para todo mundo. Passava o cartão no validador, sem sair da garagem", explicou.

O grupo, supostamente chefiado pelo auditor da Secretaria de Mobilidade Pedro Jorge Brasil, preso pela segunda vez, teria desviado mais de R\$ 1 bilhão do sistema de bilhetagem. Boa parte do dinheiro, acreditam os investigadores, foi aplicada no mercado imobiliário.

O esquema funcionava desde 2014, destacou a PCDF, quando o servidor estava lotado no DFTrans. A quadrilha descarregava os créditos de cartões de vale-transporte nos validadores de ônibus, de forma sequencial e em linhas distintas. Tudo era feito com empresas de fachada e trabalhadores fantasmas. (<https://www.metro-poles.com/distrito-federal/preso-na-operacao-tricks-ter-tem-contratos-milionario-com-o-gdf>)

Operação Trickster: seis suspeitos têm prisão preventiva decretada

A decisão é da 3ª Vara Criminal de Brasília. Entre eles, está Pedro Jorge Brasil, que seria o líder do esquema de fraude do DFTrans

Seis dos 34 investigados na [Operação Trickster](#) tiveram a prisão preventiva decretada na tarde desta sexta-feira (23/3). Eles foram detidos em 15 de março, durante mega-ação da Polícia Civil e do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) contra suspeitos de integrar um esquema de fraudes e desvios de recursos do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA) do Transporte Urbano do DF (DFTrans). **As irregularidades podem ter causado prejuízo superior a R\$ 1 bilhão aos cofres públicos.**

A decisão de tornar preventiva, a prisão que era temporária foi da 3ª Vara Criminal de Brasília a partir



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

de uma representação da Polícia Civil. O pedido foi elaborado pela Coordenação de Combate à Corrupção (Cecor) e pela Divisão de Repressão à Corrupção e aos Crimes contra a Administração Pública (Dicap). (<https://www.metropoles.com/distrito-federal/operacao-trickster-seis-suspeitos-tem-prisao-preventiva-decretada>)

Polícia Civil cumpre 40 mandados de prisão por fraude no sistema de bilhetagem do DFTrans

(..)

ANA MARIA CAMPOS

Uma fraude no sistema de bilhetagem automática do DFTrans mobiliza policiais civis em uma megaoperação nesta manhã (15/03). Trata-se de um esquema que pode ter desviado pelo menos R\$ 500 mil por semana dos cofres públicos com pagamentos a permissionários pelo transporte de passageiros fantasmas.

A Justiça autorizou o cumprimento de 40 mandados de prisão temporária e de buscas e apreensões que têm como alvos principalmente servidores públicos, técnicos de informática e permissionários do sistema de transporte público coletivo do DF. Entre os investigados está a empresa Pioneira, da família Constantino. A operação batizada de Trickster cumpre mandados também na Paraíba e em Pernambuco, onde três pessoas deverão ser presas por indícios de integrarem uma organização criminosa que pode ter ramificações nestes estados.

Para avaliar a extensão da fraude no DF, a Justiça autorizou o acesso total pelos policiais civis, a partir de hoje, do banco de dados e do sistema de bilhetagem automática administrado pelo DFTrans.

A suspeita é de que os criminosos usavam empresas fictícias, sem registro na Receita Federal, e com CNPJ falso, para a emissão de créditos para vale-transporte que seriam usados por seus empregados. Esses pedidos de crédito inseridos no sistema de bilhetagem geravam boletos de cobrança que nunca eram pagos, mas a fatura era registrada como quitada. A transação falsa e virtual criava créditos reais em cartões de transporte que, depois, eram descarregados nas catracas dos permissionários. Toda essa operação ocorria para que o GDF liberasse o montante correspondente à tarifa para o ressarcimento pelo transporte de passageiros que não existem.

A investigação é conduzida por duas coordenações da Polícia Civil do DF, a CECOR (de Combate ao Crime Organizado, contra a Administração Pública e contra a Ordem Tributária), que apura o suposto envolvimento de servidores públicos e os prejuízos ao Erário, e a CORF (de Combate aos Crimes contra o Consumidor, a Propriedade Imaterial e à Fraude), responsável por elucidar as fraudes na ponta, realizadas pelos permissionários para driblar as regras e a fiscalização do sistema de bilhetagem automática. O Ministério



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) acompanha a Operação Trickster por meio das Promotorias de Defesa do Patrimônio Público (PRODEP). (<http://blogs.correiobraziliense.com.br/cbpoder/policia-civil-cumpre-40-mandados-de-prisao-por-fraude-na-bilhetagem-do-dftrans/>)

49. Ressalta-se que no caso em comento as condutas irregulares das licitantes podem configurar, ao mesmo tempo, um ilícito administrativo e penal. Acrescenta-se que embora independentes as esferas, as decisões penais geram efeitos nas esferas civil e administrativa.

50. Tendo em vista que o inquérito policial em curso pode gerar uma ação penal com repercussão nesses autos, bem como nos Processos TCDF nºs 2456/2016 e 7.755/17, entendemos, s.m.j., que o possível conluio entre as licitantes deve ser verificado em autos apartados, após a conclusão do Inquérito 426/17-CORF, referente ao Sr. Ronaldo de Oliveira, CPF 691.207.491-04, que tem forte ligação com a matéria presente nos autos em comento.

51. Com relação à insurgência relativa ao possível tratamento diferenciado dado à empresa COOPERBRAS em relação à empresa TBAHIA, no que se refere à concessão de dilação de prazo para a assinatura do contrato, merecem prosperar as alegações do *Parquet*.

52. Cabe relatar que a própria SE/DF, por meio do Ofício nº 2.136/2017 - GAB/SE, reconheceu que a Cooperbras também não observou requisitos previstos no Edital, o que, diversamente do verificado no caso concreto, evocaria a inabilitação da interessada, a saber (e-DOC [D092714B-c](#); Peça 130):

No tocante a denúncia apresentada, ressalta-se que foram realizadas na verdade 03 (três) reuniões para tratar dentre outros assuntos da possibilidade de prorrogação do prazo para a assinatura do contrato, uma vez que desde o início das tratativas a empresa TBahia Transportes informou que acreditava ser inviável conseguir reunir e adequar tantos veículos (65 ônibus) em tão curto espaço de tempo.

Sublinha-se ainda, que as referidas reuniões contaram com a participação das áreas técnicas envolvidas, que sempre mantiveram o entendimento de que era inviável a concessão de tal prazo, posto que, a empresa que prestava o serviço a época (Travel Bus LTDA), vinha, segundo o Executor do Contrato, desrespeitando uma série de obrigações contratuais, o que impingiam consideráveis danos a SEEDF, tornando sua permanência na execução do serviço completamente desarrazada, até mesmo em razão dos vários processos administrativos de aplicação de penalidade em apuração nas áreas envolvidas, oriundos de suas supostas reiteradas faltas contratuais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Ademais, informa-se ainda, que esta SUAG/SEEDF agiu estritamente de acordo com o que preceitua a legislação e no interesse da Administração Pública, mais precisamente dos estudantes atendidos pelos serviços que deverão ser contratados. Oportunamente, urge salientar que esta SEEDF não supôs que o tempo necessário para que outra empresa assumisse o contrato a ser firmado, seria superior ao tempo requerido pela empresa TBahia Transportes para assumi-lo, posto que assim o fosse teria buscado solução outra para o caso em tela.

Noticio ainda, que não foi concedido prazo diferido a COOPERBRAS, o que temos, no entanto, é que esta se mostrou tão inábil quanto a TBahia em atender ao que é exigido no Edital para celebrar o pacto contratual objeto da presente licitação. Conquanto, em que pese convocação por meio do Ofício nº 97/2017 - GCONT/DICOT, datado de 06/09/2017, para o recolhimento da garantia contratual e apresentação de documentos de regularidade fiscal e trabalhista, o atendimento se deu somente em 04/10/2017.

Outrossim, premente faz-se informar ainda, que esta SUAG/SEEDF tem envidado esforços para atender as demandas das áreas técnicas, contudo, esbarra muitas vezes em artifícios provocados por grupos empresariais que parecem não atuar a bem da sociedade ou da Administração Pública. Por fim, acentua-se que o contrato ora vigente nº 29/2014, chegará a seu termo em 12/11/2017, e que, nesta perspectiva, esta SUAG/SEEDF preventivamente já viabilizou sua prorrogação até o final do ano letivo, em razão da presente suspensão, assim, pede-se máxima brevidade no deslinde do presente caso.

53. Nessa perspectiva, conforme sustentou a Representação, foi vilipendiado o princípio da isonomia, corolário das licitações públicas, a teor do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, haja vista a empresa COOPERBRAS deve ser inabilitada pelos mesmos motivos apresentados à empresa TBAHIA, ou seja, pelo descumprimento do requisito previsto nos itens 14.2³ e 14.5⁴ do edital (fls. 115 do e-DOC [87B06B0B-e](#), Peça 60).

54. Outrossim, em contato telefônico com o Pregoeiro da Secretária de Educação, Sr. Josemar Salviano da Silva, fomos informados que, apesar de ter sido encerrado o procedimento do PE nº 24/2016-SE/DF, ainda não foi celebrado o Contrato com a COOPERBRAS em virtude do disposto na Decisão nº 4934/2017.

³ 14.5. Os Licitantes vencedores serão convocados para assinatura do contrato no prazo estabelecido pela Secretaria, sob pena de, não comparecendo, serem desclassificados.

⁴ 14.5. Os Licitantes vencedores serão convocados para assinatura do contrato no prazo estabelecido pela Secretaria, sob pena de, não comparecendo, serem desclassificados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

55. Portanto, o Tribunal pode considerar procedente as Representações formuladas pelo MPC/DF e pela Travel Bus Ltda. no que concerne à quebra de isonomia no certame.

56. Deve, por conseguinte, determinar à Secretaria de Estado de Educação - SEE/DF que, com fulcro no art. 1º, X, da LC nº 1/1994, adote medidas para o fiel cumprimento da lei, sobretudo no que se refere à anulação do presente procedimento licitatório e a realização de outro certame para o objeto demandado, tendo em conta o descumprimento do princípio da isonomia, corolário das licitações públicas, a teor do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, haja vista a empresa COOPERBRAS deve ser inabilitada pelos mesmos motivos apresentados à empresa TBAHIA.

57. No que tange à análise de mérito relacionada à frustração do caráter competitivo da licitação, entendemos que há indícios suficientes que conduzem a procedência das representações quanto a este tema.

58. No que se a possível utilização de grupo econômico com provável formação de organização criminosa, para burlar, superfaturar, fraudar e vencer licitações em contratos junto a Secretaria de Educação, entendemos que a conclusão do Inquérito 426/17-CORF, referente ao Sr. Ronaldo de Oliveira, CPF 691.207.491-04, é elemento fundamental para formar juízo de convicção acerca desse assunto.

59. Portanto, tendo em vista que o inquérito policial em curso pode gerar uma ação penal com repercussão nesses autos, bem como nos Processos TCDF nºs 2456/2016 e 7.755/17, entendemos, s.m.j., que o Tribunal pode autorizar que o eventual conluio entre as licitantes possa ser verificado em autos apartados em momento posterior.

III.2 - Das inconsistências constantes nos atestados de capacidade técnica da empresa GPS Transportes.

60. Com relação aos fatos indicados na Representação apresentada pela TRAVEL BUS LTDA., relativos à inconsistência nos atestados de habilitação técnica apresentadas pela GPS TRANSPORTES LTDA., consideramos que os fatos aduzidos à empresa versam sobre o PE nº 21/2015 – SE/DF.

61. Além disso, em consonância com o esposado na Informação nº 92/18, a empresa GPS TRANSPORTES LTDA., CNPJ de número 05.788.430/0001-33 não participou do PE nº 24/2016, mas sim a empresa G.P. SILVA TRANSPORTE EIRELI – ME, de CNPJ 26.079.228/0001-02, que possuem o mesmo sócio.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

62. Portanto, entendemos que a análise de mérito acerca dos fatos alegados contra a empresa GPS TRANSPORTES LTDA. deve ser tratada no Processo nº 2.456/2016.

IV - Conclusões/Sugestões

63. Na última assentada, o Tribunal, mediante a Decisão nº 1.835/2018, autorizou o sobrestamento do exame do mérito da Representação nº 7/2017-ML e das Representações formuladas pela empresa TRAVEL BUS LTDA., no aguardo do desfecho do Mandado de Segurança nº 2017.00.2.022021-8 (e-DOC [A8302C9E-e](#), Peça 189).

64. Em 12/07/2018, o TJDF, mediante o Ofício nº 9.293/SCem e anexos, encaminhou cópia de decisão proferida nos autos do MS nº 2017.00.2.022021-8, na qual relata que foi julgado extinto o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, VIII do Novo CPC, tendo em vista a manifestação da Impetrante pela desistência do feito (e-DOC [50F254B6-c](#), Peça 208).

65. Logo, tendo em vista o deslinde do retromencionado Mandado de Segurança, o Tribunal pode, s.m.j., autorizar o levantamento do sobrestamento desses autos em consonância com o item I da Decisão nº 1.835/2018.

66. Outrossim, diante da análise dos elementos apresentados nesta instrução, no que concerne à quebra de isonomia no certame, o Tribunal pode considerar procedentes as Representações formuladas pelo MPC/DF e pela Travel Bus Ltda.

67. Deve, por conseguinte, determinar à Secretaria de Estado de Educação - SEE/DF que, com fulcro no art. 1º, X, da LC nº 1/1994, adote medidas para o fiel cumprimento da lei, sobretudo no que se refere à anulação do presente procedimento licitatório e a realização de outro certame para o objeto demandado, tendo em conta o descumprimento do princípio da isonomia, corolário das licitações públicas, a teor do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, haja vista que a empresa COOPERBRAS deve ser inabilitada pelos mesmos motivos apresentados à empresa TBAHIA.

68. Quanto à análise de mérito relacionada à frustração do caráter competitivo da licitação, entendemos que há indícios suficientes que conduzem a procedência das representações quanto a este tema.

69. No que se refere a possível utilização de grupo econômico com provável formação de organização criminosa, para burlar, superfaturar, fraudar e ven-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

cer licitações em contratos junto a Secretaria de Educação, entendemos que a conclusão do Inquérito Policial nº 426/17-CORF é elemento fundamental para formar juízo de convicção acerca desse assunto.

70. Portanto, tendo em vista que o inquérito policial em curso pode gerar uma ação penal com repercussão nesses autos, bem como nos Processos TCDF nºs 2456/2016 e 7.755/17, entendemos, s.m.j., que o Tribunal pode autorizar que o eventual conluio entre as licitantes possa ser verificado em autos apartados em momento posterior.

71. Com relação aos fatos indicados na Representação apresentada pela TRAVEL BUS LTDA., relativos à inconsistência nos atestados de habilitação técnica apresentadas pela GPS TRANSPORTES LTDA., consideramos que os mesmos devem ser tratados no Processo nº 2.456/2016, tendo em vista que versam sobre o PE nº 21/2015 – SE/DF.

72. Por fim, esgotadas as ações desta Unidade Técnica, iremos propor o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

73. Ante o exposto, somos pelo encaminhamento dos autos ao e. Plenário, sugerindo ao Tribunal:

- I - tomar conhecimento do deslinde do Mandado de Segurança nº 2017.00.2.022021-8 (e-doc [A8302C9E-e](#)), levantando o sobrestamento do feito, em consonância com o item I da Decisão nº 1.835/2018
- II - considerar:
 - a) no mérito, procedentes as Representações formuladas pelo MPC/DF e pela Travel Bus Ltda., no que concerne à quebra de isonomia no certame e à frustração do caráter competitivo da licitação;
 - b) prejudicada a análise de mérito relacionada à insurgência contra os documentos de habilitação da empresa GPS Transportes Ltda., apresentada na Representação encaminhada pela empresa Travel Bus Ltda., uma vez que tais fatos versam sobre o Pregão Eletrônico nº 21/2015-SE/DF, acompanhado pelo colendo Tribunal no Processo nº 2.456/16, devendo a verificação de mérito ser tratada naqueles autos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

- III - determinar à Secretaria de Estado de Educação - SEE/DF que com fulcro no art. 1º, X, da LC nº 1/1994, adote medidas para o fiel cumprimento da lei, sobretudo no que se refere à anulação do presente procedimento licitatório e à realização de outro certame para o objeto demandado, tendo em conta o descumprimento do princípio da isonomia, corolário das licitações públicas, a teor do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, haja vista que a empresa COOPERBRAS deve ser inabilitada pelos mesmos motivos apresentados à empresa TBAHIA;
- IV - autorizar:
- a) que o eventual conluio entre as licitantes possa ser verificado em autos apartados em momento posterior, tendo em vista que o inquérito policial em curso pode gerar uma ação penal com repercussão nesses autos, bem como nos Processos TCDF nºs 2456/2016 e 7.755/17;
 - b) a ciência da decisão a ser proferida a empresa Travel Bus Ltda.;
 - c) o envio de cópia do Relatório/Voto, da Decisão que vier a ser proferida e da presente instrução à SEE/DF e ao Pregoeiro responsável, a fim de subsidiar o cumprimento da diligência sugerida no item III destas sugestões;
 - d) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

À consideração superior.

Helton Linhares Drumond Machado
Auditor de Controle Externo

De acordo.
Em 27/08/2018.

Antonio Carlos Dantas de Oliveira
Diretor da 4ª DIACOMP